



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

002. PROVA OBJETIVA

ASSISTENTE SOCIAL

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 60 questões objetivas, e o caderno de prova dissertativa.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e dissertativa é de 4 horas 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição da resposta definitiva.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova dissertativa, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a tira para responder às questões de números 01 a 03.



(Quino, *Toda Mafalda*. São Paulo: Martins Fontes, 2010)

01. A partir da leitura da tira, é correto concluir que

- (A) a menina ficou orgulhosa da postura do pai dela em não se conformar com os problemas de arbitragem em uma partida de futebol.
- (B) o pai da menina fica inconformado diante da informação de que é cada vez maior o número de crianças abandonadas e desnutridas.
- (C) o pai sente-se orgulhoso por sua filha reconhecer a preocupação dele com os problemas sociais que envolvem crianças.
- (D) o pai envergonha-se quando sua filha, não percebendo o que o incomoda, julga, equivocadamente, que seriam o abandono e a desnutrição de crianças.
- (E) tanto a menina quanto o pai dela defendem que não se deve permanecer indiferente a problemas sociais como a fome e a desnutrição infantil.

02. Na fala do segundo quadrinho "**Como** alguém pode ficar impassível diante disso?", o termo "**como**", em destaque, expressa o mesmo sentido com que foi empregado em:

- (A) Não entendo **como** alguém pode ser indiferente a questões sociais dessa natureza.
- (B) **Como** as crianças foram abandonadas, acabaram ficando desnutridas.
- (C) O descaso com o problema é tão devastador **como** a questão social em si.
- (D) A desnutrição e a fome não são **como** outras questões menos relevantes.
- (E) **Como** colocado na notícia, a fome e a desnutrição são um problema real.

03. Considerando o seu uso no contexto da fala do penúltimo quadrinho, "Todo mundo **devia** ser como você!", a forma verbal em destaque pode ser corretamente substituída por:

- (A) deve.
- (B) deva.
- (C) deverá.
- (D) deveria.
- (E) devesse.

Leia o texto para responder às questões de números **04 a 13**.

Igualdade X liberdade

“Igualdade” se tornou a palavra de ordem deste início do século 21. Para os países pobres, a bandeira não é nova. Eles sempre tiveram no horizonte a meta de reduzir tanto a desigualdade interna (entre milionários e miseráveis) como a externa (entre nações).

Não há dúvida de que sociedades menos desiguais funcionam melhor. Elas tendem a ser mais ricas, assim como mais educadas e menos violentas, e por aí vai. O que é causa e o que é efeito pode ser difícil de determinar, mas está claro que a redução das desigualdades é algo a perseguir.

É preciso, porém, resistir à tentação das interpretações unidimensionais*. Uma das contradições básicas da política, que raramente é mencionada, é que liberdade e igualdade são incompatíveis. Se a sociedade é livre, as pessoas que se esforçarem mais acumularão mais bens e os transmitirão a quem desejarem, tipicamente os filhos. Mas, neste caso, a sociedade deixa de ser igualitária, pois não só alguns terão mais do que outros como também herdarão riquezas pelas quais não trabalharam.

O paradoxo não tem solução. Cada sociedade precisa definir o “mix” de liberdade e igualdade que concederá a seus membros. Não podemos esquecer, porém, que a proporção escolhida tem implicações. Se a liberdade é total, cenários de concentração de renda tendendo ao infinito se tornam possíveis. Se a igualdade é plena, desaparecem os incentivos para produzir mais e, principalmente, para inovar.

Considerando que foi o desenvolvimento científico que tirou a humanidade do estado de penúria material em que viveu na maior parte da história, penso que a liberdade deve ter prioridade. Não se mata a galinha dos ovos de ouro.

(Hélio Schwartzman. *Folha de S.Paulo*. 02.01.2016. Adaptado)

Vocabulário:

*unidimensional: que tem apenas uma dimensão ou que é considerado sob uma única dimensão

04. De acordo com o segundo parágrafo do texto, pode ser difícil determinar se

- (A) as sociedades menos desiguais funcionam melhor, e se tendem a ser mais educadas e menos violentas.
- (B) as sociedades menos desiguais tendem a ser mais ricas, mais educadas e menos violentas.
- (C) as sociedades mais ricas geralmente são também mais educadas e menos violentas, e assim por diante.
- (D) a redução das desigualdades de fato é algo que deve ser buscado pelas sociedades contemporâneas.
- (E) as sociedades serem mais educadas e menos violentas é a causa de serem mais ricas, ou uma consequência disso.

05. De acordo com o terceiro parágrafo do texto, liberdade e igualdade são incompatíveis porque, numa sociedade livre, aqueles que se esforçarem mais

- (A) conseguirão acumular mais bens, mas não poderão deixá-los para quem desejarem.
- (B) acumularão mais bens, e a sociedade se torna desigual, já que uns terão mais que outros.
- (C) produzirão mais riqueza, mas serão obrigados a dividi-la com os outros membros da sociedade.
- (D) terão direito às mesmas riquezas a que têm os outros que pouco ou nada trabalharam.
- (E) acumularão mais bens, mas não terão direito a riquezas pelas quais jamais trabalharam.

06. Conforme o autor, a incompatibilidade entre liberdade e igualdade constitui

- (A) um propósito a ser alcançado.
- (B) uma tentação a interpretações contraditórias.
- (C) uma incoerência política para a qual não há solução.
- (D) uma maneira equivocada de interpretar a realidade.
- (E) uma condição para a qual não há implicações.

07. Segundo a opinião defendida pelo autor, no último parágrafo do texto, a liberdade

- (A) propicia o aperfeiçoamento da igualdade.
- (B) é incompatível com o desenvolvimento científico.
- (C) deve ter preferência sobre a igualdade.
- (D) colbe os meios de geração de riquezas.
- (E) manteve a humanidade na condição de penúria.

08. Assinale a alternativa em que há emprego de linguagem em sentido figurado.

- (A) Não há dúvida de que sociedades menos desiguais funcionam melhor.
- (B) Elas tendem a ser mais ricas, assim como mais educadas e menos violentas...
- (C) ... as pessoas que se esforçarem mais acumularão mais bens...
- (D) ... não só alguns terão mais do que outros como também herdarão riquezas...
- (E) Não se mata a galinha dos ovos de ouro.

09. Considere os seguintes trechos do texto:

Eles sempre tiveram no **horizonte** a meta de reduzir tanto a desigualdade interna...

... foi o desenvolvimento científico que tirou a humanidade do estado de **penúria** material...

Os termos **horizonte** e **penúria**, no contexto em que são empregados, são sinônimos, respectivamente, de

- (A) perspectiva e de miséria.
- (B) indiferença e de descrença.
- (C) expectativa e de acúmulo.
- (D) panorama e de fortuna.
- (E) esperança e de esquecimento.

10. Os termos destacados no segmento “Se a igualdade é plena, desaparecem os incentivos **para** produzir mais e, principalmente, **para** inovar.” estabelecem, ambos, relação com sentido de

- (A) causa.
- (B) posse.
- (C) tempo.
- (D) estado.
- (E) finalidade.

11. Na frase “Eles sempre tiveram no horizonte **a meta...**”, substituindo-se a expressão em destaque por um pronome, considerando as regras de uso dos pronomes e de colocação pronominal, de acordo com a norma-padrão da língua, obtém-se a seguinte redação:

- (A) Eles sempre **lhe** tiveram no horizonte...
- (B) Eles sempre tiveram-**lhe** no horizonte...
- (C) Eles sempre **a** tiveram no horizonte...
- (D) Eles sempre tiveram-**a** no horizonte...
- (E) Eles sempre tiveram-**na** no horizonte...

12. Considere o seguinte trecho do texto:

Uma das contradições básicas da política, **que** raramente é mencionada...

De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, ao se substituir o termo em destaque, o trecho apresenta sua reescrita correta e sem alteração do sentido original em:

- (A) Uma das contradições básicas da política, **a qual** raramente é mencionada...
- (B) Uma das contradições básicas da política, **da qual** raramente é mencionada...
- (C) Uma das contradições básicas da política, **na qual** raramente é mencionada...
- (D) Uma das contradições básicas da política, **pela qual** raramente é mencionada...
- (E) Uma das contradições básicas da política, **com a qual** raramente é mencionada...

13. Considerando a relação de sentido estabelecida pelos termos em destaque, o trecho “**Mas**, neste caso, a sociedade deixa de ser igualitária, **pois** não só alguns terão mais do que outros como também herdarão riquezas...” apresenta reescrita correta em:

- (A) **Portanto**, neste caso, a sociedade deixa de ser igualitária, **contudo** não só alguns terão mais do que outros como também herdarão riquezas...
- (B) **Porém**, neste caso, a sociedade deixa de ser igualitária, **porque** não só alguns terão mais do que outros como também herdarão riquezas...
- (C) **Embora**, neste caso, a sociedade deixe de ser igualitária, **todavia** não só alguns terão mais do que outros como também herdarão riquezas...
- (D) **Porque**, neste caso, a sociedade deixa de ser igualitária, **por isso** não só alguns terão mais do que outros como também herdarão riquezas...
- (E) **Enquanto**, neste caso, a sociedade deixa de ser igualitária, **ainda que** não só alguns terão mais do que outros como também herdarão riquezas...

14. Assinale a alternativa correta quanto à concordância das palavras, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) A bandeira em favor da igualdade foi tardiamente defendido no Brasil.
- (B) A meta de redução das desigualdades não foram plenamente alcançadas.
- (C) A liberdade e a igualdade representa interesses sociais geralmente conflitantes.
- (D) As interpretações a partir de um único ponto de vista podem estar equivocadas.
- (E) As sociedades precisam definir o quanto de liberdade dará à sua população.

15. Assinale a alternativa correta quanto ao emprego da vírgula, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Os países ricos objetivam diminuir principalmente, a desigualdade interna.
- (B) Sem sombra de dúvidas as sociedades menos desiguais, funcionam melhor.
- (C) Contudo está, claro que a redução das desigualdades pode trazer benefícios.
- (D) Em uma sociedade livre pessoas mais esforçadas, poderão acumular mais bens.
- (E) Caso a liberdade seja a prioridade, a tendência é uma maior geração de riquezas.

16. O cessar-fogo entre o governo e a guerrilha foi anunciado ontem [23.jun]. A decisão aproxima o país do fim de um conflito de 52 anos.

O anúncio foi feito em Havana, onde as duas equipes de negociação se encontraram para acertar os detalhes de como os sete mil militantes rebeldes irão se desmobilizar e entregar suas armas assim que um acordo de paz for selado. O anúncio foi celebrado com a presença do secretário-geral da Organização das Nações Unidas, os presidentes de vários países latino-americanos, além de um representante dos Estados Unidos.

(Disponível em <http://atarde.uol.com.br/politica/noticias/1781439-dilma-diz-que-acordo-entre-governo-e-um-feito-historico>.
Publicado em 24.06.2016. Acesso em 17.07.2016. Adaptado)

O cessar-fogo ocorrerá

- (A) na Colômbia.
- (B) no Chile.
- (C) na Bolívia.
- (D) na Venezuela.
- (E) no Peru.

17. Leia a notícia sobre o pronunciamento de Barak Obama feito no início do mês de julho.

“Todos nós, norte-americanos, devemos estar profundamente preocupados pelo ocorrido”, disse o presidente dos EUA ainda lamentando que essas tragédias tenham sido vistas “vezes demais”. “Independentemente dos resultados dessas investigações, o que está claro é que esses disparos mortais não são incidentes isolados, mas sim uma mostra dos desafios do nosso sistema de Justiça penal, as disparidades raciais ano após ano, e a conseguinte falta de confiança que existe entre as forças da lei e muitas das comunidades que atendem”, afirmou.

(Disponível em http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/07/internacional/1467883449_087164.html.
Publicado em 08.07.2016. Acesso em 17.07.2016. Adaptado)

O pronunciamento de Obama ocorreu

- (A) em solidariedade aos refugiados sírios que sofrem discriminações na Europa.
- (B) devido à onda de violência entre estadunidenses e latinos na Califórnia.
- (C) após policiais brancos matarem, a tiros, civis negros em diferentes ocasiões.
- (D) em resposta aos ataques de extremistas do Estado Islâmico na Bélgica e na Turquia.
- (E) para justificar a manutenção de tropas estadunidenses no Iraque e no Afeganistão.

18. O processo de saída do Reino Unido da União Europeia – o Brexit ainda não tem data para começar, mas já deflagrou disputas internas nos dois principais partidos britânicos e deve acelerar a escolha dos novos líderes trabalhistas e conservadores.

(Disponível em <http://folha.com/no1786101>. Publicado em 27.06.2016. Acesso em 17.07.2016. Adaptado)

Para o Reino Unido, também foi(foram) consequência(s) do Brexit

- (A) a expulsão de imigrantes ilegais árabes e africanos considerados como estopim da crise econômica no país.
 - (B) o abalo à monarquia inglesa, fortemente questionada pelos constantes escândalos envolvendo a família real.
 - (C) a perda do apoio político dos Estados Unidos, indispensável para manter a Escócia integrada ao conjunto britânico.
 - (D) a retirada de várias empresas multinacionais chinesas que haviam ali se instalado para ganhar o mercado europeu.
 - (E) a renúncia do primeiro-ministro David Cameron e a eleição de uma mulher, Theresa May, para substituí-lo.
19. Pesquisa realizada em vários países europeus e divulgada em julho de 2016 teve como objetivo detectar a opinião dos europeus sobre os milhares de refugiados que chegam ao continente.

(Disponível em <http://folha.com/no1790705>. Publicado em 11.07.2016. Acesso em 17.07.2016. Adaptado)

O resultado da pesquisa revela que a maioria dos europeus

- (A) sente que o cristianismo perdeu força frente à expansão do islamismo.
- (B) desenvolve uma atitude de grande receptividade aos refugiados.
- (C) aprova a influência dos refugiados na cultura e na gastronomia locais.
- (D) associa a chegada dos refugiados ao aumento do risco de terrorismo.
- (E) relaciona o crescimento dos partidos de esquerda à presença dos refugiados.

20. Leia notícia publicada no site do *Estadão*, em 07 de julho de 2016.

Devido ao novo cenário político na América do Sul, com mudanças nos governos de dois de seus principais aliados – Brasil e Argentina –, o país está diante de uma situação complexa que o obrigará a reduzir a importância das rusgas diplomáticas com Buenos Aires e Brasília, avaliam analistas.

As duas maiores economias da América do Sul articularam para que o país não assuma a presidência temporária do Mercosul no próximo semestre.

(Disponível em <http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral-deve-manter-cautela-em-impasse-sobre-mercosul,10000061381>. Acesso em 17.07.2016. Adaptado)

O país a que a notícia se refere é

- (A) a Bolívia.
 - (B) o Peru.
 - (C) a Venezuela.
 - (D) o Uruguai.
 - (E) o Paraguai.
21. O juiz Sérgio Moro mandou anular nesta sexta-feira, 3 de junho, o pedido da Polícia Federal para levantar os 100 maiores receptadores/captadores de recursos via Lei Rouanet, divulgado pelo Estado nesta manhã.

(Disponível em <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/moro-barra-ofensiva-da-pf-sobre-os-100-maiores-da-lei-rouanet/>. Publicado em 03.06.2016. Acesso em 17.07.2016. Adaptado)

A Lei Rouanet é um mecanismo de incentivo fiscal associado ao Ministério

- (A) da Justiça e Cidadania.
 - (B) da Cultura.
 - (C) da Educação.
 - (D) dos Esportes.
 - (E) da Transparência, Fiscalização e Controle.
22. Segundo dados divulgados pela ONU (Organização das Nações Unidas) em julho, os casos da doença no Brasil aumentaram. Em 2010, foram registrados 43 mil novos casos e, em 2015, o número subiu para 44 mil. Em nível global, entretanto, o número caiu levemente, de 2,2 milhões em 2010 para 2,1 milhões em 2015. A situação de aumento ocorre no Brasil e na América Latina.

(Disponível em <http://opinioenoticia.com.br/brasil/avanca-no-brasil-e-na-america-latina/>. Publicado em 12.07.2016. Acesso em 17.07.2016. Adaptado)

A notícia se refere ao aumento

- (A) da aids.
- (B) da diabetes.
- (C) da hepatite tipo B.
- (D) do mal de Parkinson.
- (E) da hanseníase.

23. Ministros receberam em 06 de julho representantes de grupos indígenas de diversas etnias que protestaram mais cedo em frente ao Palácio do Planalto.

(Disponível em <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2016/07/06/ministros-recebem-indigenas-no-planalto-apos-protesto.htm>.
Publicado em 06.07.2016. Acesso em 17.07.2016. Adaptado)

Um dos principais motivos dos protestos foi

- (A) a redução da reserva indígena dos Ianomâmis.
- (B) a inauguração da usina hidrelétrica de Belo Monte.
- (C) a demora em sancionar a lei da biodiversidade.
- (D) a construção de uma usina eólica no alto Xingu.
- (E) a indicação de um militar para presidir a Funai.

24. Leia os textos extraídos da *Folha de São Paulo* de 08 de maio:

I. Era promessa de futuro. Rapidamente está virando passado. Empurrados pela crise econômica, imigrantes (I) que vieram ao país tentar reconstruir suas vidas após o terremoto de 2010 estão deixando o Brasil.

II. A crise econômica também leva os imigrantes (II) de volta à sua terra. Os anúncios de emprego em oficinas de costura continuam afixados nas lojas e lanchonetes no centro de SP, ponto de encontro dessa população.

(Disponível em <http://folha.com/no1768958>.
Publicado em 08.05.2016. Acesso em 17.07.2016. Adaptado)

Os imigrantes I e II mencionados nos textos são, respectivamente,

- (A) argentinos e peruanos.
- (B) bolivianos e paraguaios.
- (C) haitianos e argentinos.
- (D) haitianos e bolivianos.
- (E) paraguaios e peruanos.

25. Observe a charge de agosto de 2016.



(Disponível em <http://www.tribunadainternet.com.br/>.
Publicado em 04.07.2016. Acesso em 17.07.2016)

A charge remete à operação Lava Jato. Sobre essa operação, é correto afirmar:

- (A) a maior parte dos presos encontra-se na cidade do Rio de Janeiro.
- (B) tem focado principalmente políticos e grandes empreiteiros.
- (C) as investigações realizadas iniciaram-se em janeiro de 2016.
- (D) as delações feitas pelos presos são segredo de Estado e não são divulgadas pela mídia.
- (E) surgiu com foco nas operações fraudulentas de Furnas.

26. Um usuário, por meio do Windows Explorer do MS-Windows 7, em sua configuração padrão, pode renomear um arquivo utilizando o mouse para acessar o menu de contexto e escolher a opção renomear ou, alternativamente, após o arquivo estar selecionado, usar o atalho por teclado

- (A) F1
- (B) F2
- (C) F4
- (D) Ctrl+1
- (E) Ctrl+2

27. Um assistente social, elaborando um material de apoio, deseja destacar partes do documento como se estas fossem marcadas com um marca-texto no papel. No MS-Word 2010, em sua configuração padrão, o recurso aplicado à Fonte que permite fazer a marcação conforme descrito é:

- (A) cor do realce do texto.
- (B) sombreadamento.
- (C) cor da fonte.
- (D) bordas.
- (E) negrito.

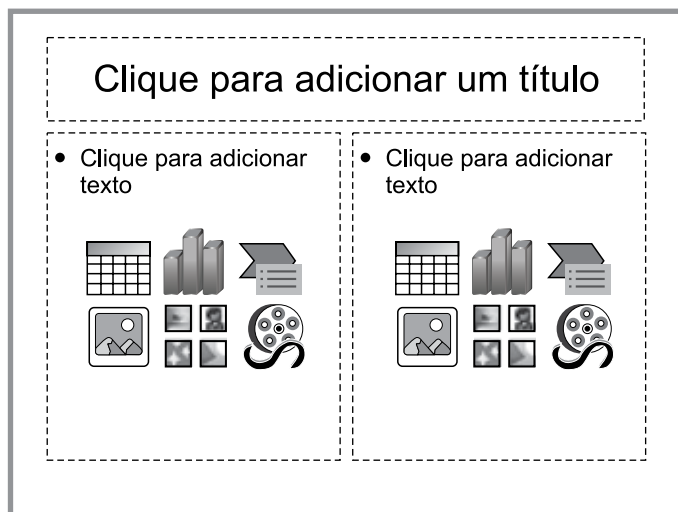
28. A planilha a seguir está sendo editada por meio do MS-Excel 2010, em sua configuração padrão.

	A	B	C	D
1	3	9	8	6
2	4	2	6	5
3				

Assinale a alternativa que contém o valor que será exibido na célula A3 após esta ser preenchida com a fórmula =SE(B1>8;A2;B2)

- (A) VERDADEIRO
- (B) A2
- (C) 2
- (D) 4
- (E) B2

29. A escolha do layout dos slides de uma apresentação de slides é importante para tornar as informações mais claras. Observe o slide exibido a seguir, retirado do MS-PowerPoint 2010, em sua configuração padrão.



Assinale a alternativa que contém o nome dado ao layout usado no slide exibido.

- (A) Título e conteúdo.
- (B) Slide de título.
- (C) Em branco.
- (D) Comparação.
- (E) Duas partes de conteúdo.

30. No Internet Explorer 11, em sua configuração padrão, um usuário que acessa frequentemente um conjunto de sites na internet pode, por meio do recurso _____, salvar os endereços dos sites visitados, dando um nome a cada endereço salvo.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do enunciado.

- (A) Downloads
- (B) Guias
- (C) Favoritos
- (D) Históricos
- (E) Endereços Frequentes

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. No capitalismo, trabalho e acumulação são duas dimensões do mesmo processo. De uma parte, têm-se a emergência do trabalhador livre, que depende da venda de sua força de trabalho para a satisfação de suas necessidades vitais e de outra parte têm-se a apropriação privada dos frutos do trabalho, pago e não pago, da mesma população trabalhadora. Nesse processo dá-se a gênese da questão social, indissociável da sociedade de classes e de seus antagonismos. Importante condição e resultado desse processo, como destaca Iamamoto “...é a *ampliação da superpopulação relativa – ou população ‘sobrante’ para as necessidades médias de valorização do capital –, fazendo crescer o desemprego e a precarização das relações de trabalho.*” Nessa linha de raciocínio, o processo de acumulação, ao realizar-se,
- (A) amplia e fortalece a economia de um país estagnado.
 - (B) aumenta o fosso das desigualdades entre as classes sociais.
 - (C) diminui o excedente da produção, apoiando o capitalismo.
 - (D) garante a qualidade de vida da classe trabalhadora.
 - (E) mantém o equilíbrio social indispensável para a segurança da nação.
32. Para a organização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e a definição das competências da assistência social, o conceito de risco pessoal e social deve ser compreendido a partir de uma abordagem multidimensional. Não compete unicamente à política de assistência social o enfrentamento das situações de risco e nem tampouco de todos os riscos sociais; a complexidade das situações exige articulação e ações complementares com outras políticas sociais, e os riscos a serem enfrentados pela política de assistência social são aqueles provenientes de eventos que incidem sobre a vida de indivíduos, famílias e comunidades, uma consequência
- (A) de atitudes impensadas.
 - (B) de sua inclusão na estrutura social.
 - (C) da desestruturação familiar.
 - (D) da violação de direitos.
 - (E) de fatores naturais e psicoemocionais.
33. De acordo com definições contidas na Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004:40) a proteção social básica e a especial devem ser organizadas de forma a garantir aos seus usuários o acesso ao conhecimento dos direitos socioassistenciais e sua defesa. Nessa perspectiva de defesa social e institucional, como direito socioassistencial a ser assegurado na operação do SUAS a seus usuários, entre outros, destaca-se o direito
- (A) à qualidade de vida.
 - (B) de promoção da integração social.
 - (C) ao protagonismo e manifestação de seus interesses.
 - (D) de ir e vir.
 - (E) à liberdade de expressão.
34. O Benefício de Prestação Continuada – BPC integra a Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social. Ao beneficiário – pessoa idosa e pessoa com deficiência – é garantida a transferência de um salário-mínimo mensal, sendo que o cronograma de pagamento do benefício pode ser antecipado, bem como o beneficiário pode solicitar a antecipação de uma renda mensal do benefício em situação de
- (A) calamidade pública.
 - (B) doença grave.
 - (C) necessidade de aquisição de prótese.
 - (D) acidente de trabalho.
 - (E) desemprego superior a um ano.
35. A concepção orientadora da proteção social pública da assistência social, fortalecida pela implantação do SUAS, se contrapõe à visão conservadora, que responsabiliza o próprio cidadão e sua família pelo enfrentamento e equacionamento de suas demandas sociais. Afirmar a Assistência Social como proteção social na perspectiva do SUAS significa proteger o cidadão, usuário dos serviços, e para Sposati (in Capacita SUAS Caderno 2:26) “... *estar protegido significa ter forças próprias ou de terceiros, que impeçam que alguma agressão/precarização/privação venha a ocorrer deteriorando uma dada condição*”, cabendo uma ação da política no sentido de possibilitar que a situação seja enfrentada num campo de responsabilidade pública e coletiva. Afirmar ainda a autora que ter proteção e/ou estar protegido não significa meramente portar algo, mas ter uma capacidade de
- (A) resiliência e compromisso.
 - (B) postura e atitude.
 - (C) adaptação e mudança.
 - (D) evolução e progresso.
 - (E) enfrentamento e resistência.

36. Um dos desafios da Vigilância Socioassistencial é o de operacionalização das informações dos territórios. Ao abordar esse tema, o Caderno 3 Capacita SUAS (2013:63) destaca que “...a realidade vivida por cada lugar (seja um município, um bairro, um estado) é distinta e, ao mesmo tempo, tem semelhanças com outros lugares...” Ganha importância o Diagnóstico Socioterritorial na medida que supõe o envolvimento de diferentes informações e de diferentes atores da informação. Tais informações e atores “necessitam manter um diálogo (...) para que o diagnóstico não corra o risco de se tornar mais uma peça técnica” (p.67). Nessa perspectiva, o Diagnóstico Socioterritorial tem se mostrado mais próximo da ideia de trazer à tona
- (A) um conjunto de dados objetivos.
 - (B) os indicadores genéricos.
 - (C) o território de vivência.
 - (D) o mapa de demanda.
 - (E) a abrangência local.
37. A centralidade da família na política de assistência social deve-se ao reconhecimento da importância dessa instituição na proteção social dos indivíduos e expressa que a organização dessa política tem como pressuposto a família como um sujeito de direitos. Em decorrência dessa matricialidade sociofamiliar, dentre os principais objetivos da política de assistência social no âmbito do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) destacam-se: a proteção à família, aos seus direitos e a
- (A) recuperação de seus valores e significados.
 - (B) manutenção do seu *status quo*.
 - (C) prevenção da dependência socioassistencial.
 - (D) promoção do fortalecimento da convivência familiar e comunitária.
 - (E) socialização dos riscos pessoais e sociais.
38. O acompanhamento familiar no âmbito do SUAS é um processo de caráter continuado e planejado, por período de tempo determinado, no qual, a partir de vulnerabilidades, demandas e potencialidades apresentadas pelas famílias, definem-se os objetivos a serem alcançados. Consiste em um conjunto de intervenções, a partir do estabelecimento de compromissos entre famílias e profissionais, com a construção de um Plano de Acompanhamento Familiar.
- Em relação à adesão das famílias a esse processo, as orientações técnicas explicitam que são acompanhadas as famílias
- (A) que aceitam dele participar.
 - (B) avaliadas positivamente pela equipe.
 - (C) com disponibilidade de tempo.
 - (D) em cumprimento de contrapartida.
 - (E) em maior grau de desestruturação.
39. O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) e o Serviço de Acolhimento Institucional configuram-se como espaços essenciais para a oferta de atenção especializada no SUAS a essa parcela da população. Ainda no contexto do SUAS, a intervenção que representa importante recurso para a identificação de pessoas em situação de rua e que possibilita que a atenção a esse segmento seja iniciada no próprio contexto da rua, com ações vinculadas à rede de proteção social é
- (A) o Centro de Acolhimento Provisório.
 - (B) a Casa de Passagem.
 - (C) o Serviço de Orientação e Apoio Socioeducativo.
 - (D) o Serviço Especializado em Abordagem Social.
 - (E) o Alojamento em República.
40. Mesmo com o declínio nos percentuais de trabalho infantil na última década, a sua erradicação continua sendo um grande desafio hoje no Brasil. De acordo com o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária são necessárias ações que promovam uma mudança de mentalidade, pois o trabalho infantil tem sido uma realidade histórica que sobrevive através das gerações, sob o argumento de que incide positivamente na vida das crianças e adolescentes. De acordo com o referido Plano (2004:55), isso depende de pelo menos dois fatores: de uma mudança de valores sobre a socialização da infância e da adolescência e
- (A) da diminuição dos índices de desemprego estrutural.
 - (B) de melhoria das condições de vida da população.
 - (C) da padronização de meios produtivos acessíveis a todos.
 - (D) da mutualidade afetivo-relacional no interior das famílias.
 - (E) da qualificação da formação profissional desse segmento da população.
41. Encontramos no marco conceitual do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (p.28) a afirmação de que a formação da identidade de gênero é um processo complexo, envolvendo elementos conscientes e inconscientes associados ao sexo biológico e qualidades estabelecidas pela sociedade como adequadas à condição de masculino ou feminino. Na ocorrência desses processos psicofisiológicos, o adolescente é confrontado com o desenvolvimento de sua sexualidade, de sua orientação sexual, da sua capacidade reprodutiva e das possibilidades de maternidade e paternidade nela inscritas. Dentre as diretrizes do referido documento está o respeito à orientação sexual e à equidade de gênero, indicando que todas as ações abrangidas no Plano devem observar o princípio da
- (A) resolutividade.
 - (B) homogeneidade.
 - (C) preservação.
 - (D) aceitação.
 - (E) não discriminação.

42. O Programa de Transferência de Renda – Bolsa Família, tem sua gestão descentralizada, ou seja, tanto a União, quanto os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm atribuições em sua execução. Para a inserção no Programa é necessário inscrever-se no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e a seleção das famílias é feita por um sistema informatizado, a partir dos dados informados no Cadastro Único e das regras do programa. Periodicamente, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome faz o cruzamento da base do Cadastro Único com outros bancos de dados do governo. Aquelas famílias que apresentam diferenças nas informações cadastradas são
- (A) convocadas para o processo de Averiguação Cadastral.
 - (B) desligadas automaticamente do Programa.
 - (C) responsabilizadas pelo Órgão Gestor Municipal.
 - (D) inseridas na lista de espera de âmbito estadual.
 - (E) consideradas desabilitadas, retornando ao início do processo.
43. Vários programas sociais, gerenciados por diversos órgãos governamentais, utilizam as informações do Cadastro Único para a seleção e o atendimento de famílias. A inserção nesses programas ocorre de acordo com critérios e procedimentos definidos pelos gestores e pela legislação específica de cada um deles. Um exemplo é o da concessão do benefício de Tarifa Social, que garante desconto na conta de energia elétrica para famílias inscritas no Cadastro Único, com critério de recortes de renda e que tenham entre seus membros pessoas em tratamento de saúde ou pessoas que recebem
- (A) o Pró-Social do Governo do Estado.
 - (B) o Seguro-Desemprego.
 - (C) o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social.
 - (D) a Aposentadoria por Invalidez junto ao INSS.
 - (E) o Auxílio-Doença ou Auxílio Acidente de Trabalho.
44. Dada a complexidade do mundo moderno, a nova face da questão social e o avanço do liberalismo nos dias atuais, novas competências são exigidas dos assistentes sociais, o que, por consequência, gera ampliação de áreas de atuação que incorporam esses profissionais em seu cotidiano. Assessoria e consultoria a órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social, de acordo com o artigo 5º, III, da Lei nº 8.662/93, constitui-se em
- (A) dever profissional.
 - (B) uma metodologia qualificada.
 - (C) atividade compartilhada.
 - (D) opção profissional.
 - (E) atribuição privativa do Assistente Social.
45. De acordo com os “Parâmetros para a atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos na Política Nacional de Assistência Social” (2007:25), em vista do perfil conferido ao Assistente Social para atuar na política de Assistência Social, no que se refere às abordagens tradicionais funcionalistas e pragmáticas, o referido documento indica a esses profissionais
- (A) a adesão estratégica frente a contextos institucionais fragmentados.
 - (B) o afastamento de tais abordagens.
 - (C) a tolerância com profissionais que compartilham dessa perspectiva.
 - (D) o posicionamento plural em vista do ecletismo profissional.
 - (E) a necessidade de preservação do conservadorismo profissional.
46. O Serviço Social se institucionaliza no Brasil a partir dos anos 30, como um dos recursos apropriados pelo Estado e pelo empresariado, com o suporte da Igreja Católica, no enfrentamento e regulação da chamada questão social. Como afirma Yazbek “*É ... na história social da organização da própria sociedade brasileira, que se gestam as condições para que, no processo de divisão social e técnica do trabalho, o Serviço Social se constitua um espaço de profissionalização e assalariamento*”. Esta inserção e integração do assistente social ao mercado de trabalho vai conferir ao exercício profissional um caráter
- (A) exclusivo.
 - (B) não liberal.
 - (C) autônomo.
 - (D) proativo.
 - (E) informal.

47. A Lei Orgânica da Assistência Social (Lei Federal nº 8.742/93) regulamenta os artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988 e marca a etapa inaugural de uma política pública de assistência social em nível nacional. A LOAS define a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, estabelecendo objetivos e diretrizes para sua implementação. Constitui-se um dos princípios da LOAS:
- (A) descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo.
 - (B) participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
 - (C) consolidação da gestão compartilhada, do cofinanciamento e da cooperação técnica entre os entes federativos.
 - (D) primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.
 - (E) igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.
48. De acordo com a PNAS/2004, a política de assistência social tem sua expressão em cada nível da Federação na condição de comando único. Cabe a cada esfera de governo, em seu âmbito de atuação, coordenar, formular e cofinanciar, além de monitorar, avaliar, capacitar e sistematizar as informações. Essa organização está expressa em um de seus eixos estruturantes, qual seja:
- (A) Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil.
 - (B) Controle Social e Fiscalização.
 - (C) O desafio da participação popular/cidadão usuário.
 - (D) Descentralização Político-Administrativa e Territorialização.
 - (E) Tipificação e Reordenamento dos Serviços Socioassistenciais.
49. Como forma de caracterização dos grupos territoriais da Política Nacional de Assistência Social é utilizada a definição de municípios por porte, agregando-se outras referências de análise realizadas por Centros de Estudos sobre desigualdades intraurbanas e o contexto específico das metrópoles. De acordo com este critério da PNAS, municípios cuja população está entre 50 001 a 100 000 habitantes (cerca de 10 000 a 25 000 famílias) são considerados como de
- (A) pequeno porte 1.
 - (B) pequeno porte 2.
 - (C) médio porte.
 - (D) grande porte.
 - (E) metrópole.
50. De acordo com o artigo 6º-B da LOAS (incluído pela Lei nº 12.435/2011), as proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos e/ou pelas entidades e organizações de assistência social, respeitadas as especificidades de cada ação. Conforme o § 1º do referido artigo, o reconhecimento pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome de que a entidade de assistência social integra a rede socioassistencial se realiza por meio da
- (A) vinculação ao SUAS.
 - (B) comprovação de sustentabilidade.
 - (C) disponibilização de vagas.
 - (D) contrapartida orçamentária.
 - (E) atenção exclusiva à NOB.
51. De acordo com a Lei nº 12.435/2011, o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social. Além do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), outros serviços de proteção social básica podem ser implementados nessa unidade, que deve desempenhar também as funções de gestão da proteção básica no seu território de abrangência. Essa função de gestão territorial permite que a rede socioassistencial tenha no CRAS o seu
- (A) referenciamento.
 - (B) parceiro.
 - (C) ascendente.
 - (D) paradigma.
 - (E) apoio.
52. A aprovação da Norma Operacional Básica em 2012 institui o Pacto de Aprimoramento do SUAS firmado entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, mecanismo de aperfeiçoamento da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Por meio do Pacto são estabelecidas as metas e as prioridades nacionais no âmbito do SUAS, prevendo-se sua revisão anual. De acordo com o artigo 39, § 1º da NOB, o processo de acompanhamento desencadeará ações que objetivam a resolução das dificuldades para o alcance das metas e terá como instrumentos de assessoramento os
- (A) índices de gestão descentralizada.
 - (B) planos de providências e de apoio.
 - (C) projetos de pesquisa e avaliação continuadas.
 - (D) planos municipais de assistência social.
 - (E) programas de monitoramento e capacitação permanente.

53. A Resolução CNAS nº 109/2009 propõe uma matriz padronizada para a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Define como Aquisições dos Usuários os “*compromissos a serem cumpridos pelos gestores em todos os níveis, para que os serviços prestados no âmbito do SUAS produzam seguranças sociais aos seus usuários, conforme suas necessidades e a situação de vulnerabilidade e risco em que se encontram*”. Em se tratando do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, o PAEFI, ofertado pelo CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social, as aquisições dos usuários são definidas como as seguranças de acolhida, de convívio familiar, comunitário e social e de
- (A) garantia de sobrevivência, rendimento e ascensão.
 - (B) restabelecimento de vínculos pessoais, profissionais e de vizinhança.
 - (C) condições materiais de abrigo, repouso e alimentação.
 - (D) desenvolvimento de autonomia individual, familiar e social.
 - (E) atendimento qualificado, personalizado e respeitoso.
54. De acordo com a Lei nº 8.069/90, é direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. Ainda conforme o ECA (artigo 19, § 2º) a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, não se prolongará por mais de
- (A) um ano.
 - (B) dezoito meses.
 - (C) dois anos.
 - (D) três anos.
 - (E) cinco anos.
55. Para o Estatuto do Idoso, constitui crime em espécie: Deixar de prestar assistência ao idoso, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, em situação de iminente perigo, ou recusar, retardar ou dificultar sua assistência à saúde, sem justa causa, ou não pedir, nesses casos, o socorro de autoridade pública. A pena prevista para esse crime é de detenção de seis meses a um ano e multa. De acordo com o artigo 97, § único do Estatuto, a pena é aumentada de metade, se da omissão resulta lesão corporal de natureza grave; se resulta a morte a pena é
- (A) dobrada.
 - (B) acrescida de dois terços.
 - (C) triplicada.
 - (D) de dois a quatro anos.
 - (E) de cinco anos.
56. Sem dúvida, viver o momento da aposentadoria provoca naqueles que passam por essa situação sentimentos que se misturam ao reunir felicidade, alegria, incerteza, insegurança. Afinal, dado os valores praticados para a aposentadoria, no caso da grande maioria dos brasileiros, faz-se necessário continuar exercendo atividade laboral. Como concretizar essa solução considerada a grave crise de desemprego pela qual passa o país? Vale destacar que o Estatuto do Idoso, no capítulo VI, ao tratar da profissionalização e do trabalho do idoso, estabelece no artigo 28, III que o Poder Público criará e estimulará programas de
- (A) prevenção do desemprego para aqueles cuja necessidade é comprovada.
 - (B) incentivo a projetos sociais que ofereçam atividades de ocupação de tempo ocioso.
 - (C) aproveitamento do excedente de mão de obra dado o caráter social da medida.
 - (D) estímulo às empresas privadas para admissão de idosos ao trabalho.
 - (E) ampliação do tempo previsto para aposentadoria compulsória.
57. Resultado de um processo participativo de elaboração conjunta, envolvendo representantes de todos os poderes e esferas de governo, da sociedade civil organizada e de organismos internacionais, o Plano Nacional destinado à promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária está fundamentado em diretrizes que norteiam a formulação e implementação de políticas públicas voltadas a esse segmento da população. Dentre as diretrizes do referido Plano destaca-se o reconhecimento das competências da família na sua organização interna e na superação de suas dificuldades
- (A) uma vez tratar-se de um grupo autônomo e coeso.
 - (B) a partir do apoio recebido das políticas sociais.
 - (C) pela via da inserção de seus membros no mercado de trabalho.
 - (D) em função da dimensão afetivo-relacional desse coletivo.
 - (E) por meio do planejamento familiar consciente.
58. O ato de planejar exige o estabelecimento da relação entre o planejamento, o objeto de intervenção e as possibilidades de operar sobre a realidade, produzindo resultados. Baptista (2012) afirma que o planejamento é um processo racional, que se organiza por meio de operações complexas e interligadas. Trata-se de um processo dinâmico e contínuo, contemplando quatro operações: de reflexão, de decisão, de ação e de
- (A) retomada da reflexão.
 - (B) definição de objetivos.
 - (C) conclusão.
 - (D) fundamentação.
 - (E) alternância.

59. O Plano Municipal de Assistência Social – 2014 a 2017, do município de São José do Rio Preto, ao apresentar os dados agregados das ofertas de Serviços Socioassistenciais, informa que em 2013, no PAEFI, foram atendidas 521 famílias. Informa ainda que os principais serviços acessados na Proteção Social Especial foram o de pessoas em situação de rua e o de acolhimento institucional e que a cidade apresenta um grande número de vagas na Proteção Social Especial de alta complexidade. Com base nesses dados, apresenta como uma das diretrizes para a Proteção Social Especial de alta complexidade:

- (A) ampliação da cobertura do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às famílias e indivíduos.
- (B) criação do Centro POP – FRAS Migrante.
- (C) acompanhamento pelo PAEFI das famílias com violação de direitos em decorrência do uso de substâncias psicoativas.
- (D) controle dos descumprimentos das condicionalidades do Programa Bolsa Família.
- (E) reordenamento dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.

60. Magalhães (2003), ao tratar da forma textual do laudo, lembra da necessidade de uma análise fundamentada, que dará base à avaliação, que por sua vez, orientará o parecer. Segundo a autora (p.79): *“Não basta descrever, mas relacionar descrição a aspectos importantes da realidade, numa perspectiva da área do saber profissional”*. A autora ainda destaca a importância da elaboração de um roteiro, que tem a finalidade de nortear o que deve ser sinalizado no texto. Nessa perspectiva, é correto afirmar que o laudo não pode ser rígido e, idealmente, deve ser

- (A) organizado isoladamente pelo profissional que irá elaborá-lo.
- (B) breve para assegurar o caráter de subjetividade que supõe.
- (C) monitorado para evitar envolvimento emocional do profissional.
- (D) pensado em conjunto pela equipe de trabalho.
- (E) conciso dada a urgência que usualmente caracteriza sua solicitação.

